

**A pessoa com deficiência e os entrelaces com as questões de gênero e de sexualidade**

**The disabled person and the interplay of issues of gender and sexuality**

**La persona discapacitada y las interacciones con los asuntos de género y sexualidad**

Recebido: 30/06/2020 | Revisado: 10/07/2020 | Aceito: 12/07/2020 | Publicado: 30/07/2020

**Isadora Oliveira Serra**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0238-0484>

Universidade de Fortaleza, Brasil

E-mail: [isadoraoserra@gmail.com](mailto:isadoraoserra@gmail.com)

**Terezinha Teixeira Joca**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3540-9450>

Universidade de Fortaleza, Brasil

E-mail: [terezinhajoca@unifor.br](mailto:terezinhajoca@unifor.br)

**Ana Rebeca Medeiros Nunes de Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0983-4154>

Centro Universitário Christus, Brasil

E-mail: [anarebecamn@hotmail.com](mailto:anarebecamn@hotmail.com)

**Marilene Calderaro Munguba**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3663-9282>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: [mungubamarilene@gmail.com](mailto:mungubamarilene@gmail.com)

**Resumo**

O presente estudo visa identificar na literatura, como é vista a pessoa com deficiência e os entrelaces com as questões de gênero e de sexualidade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva com abordagem qualitativa, realizada no período fevereiro a abril de 2020 e se deu na base de dados Scielo a partir dos descritores: deficiência, sexualidade e gênero, no período das duas últimas décadas. A pesquisa se desenvolveu em três fases. Na inicial, utilizou-se o descritor “deficiência” e identificou 3927 artigos. Na fase 2, na busca adotou-se “deficiência e sexualidade”, encontrando-se 35 artigos. Na terceira fase, considerou-se os três descritores “deficiência, sexualidade e gênero”, perfilando nove artigos. Procedeu-se a análise das informações mediante análise temática de conteúdo. Definiu-se os núcleos temáticos: Gênero e sexualidade; Deficiência; Deficiência e a confluência com gênero e sexualidade. A partir da

análise dos dados, constatou-se a escassez de literatura que traga a triangulação dos descritores deficiência, sexualidade e Gênero, constatando, por vezes a negação da sexualidade nas pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Deficiência; Gênero; Sexualidade.

### **Abstract**

The present study aims to identify, through literature research, how the disabled person is perceived in relation to gender and sexuality issues. This is a descriptive bibliographic research with a qualitative approach, executed from February to April 2020 in the Scielo database using the following descriptors: disability, sexuality and gender, considering the period of the last two decades. This research was developed in three phases. Initially, the descriptor “disability” was used and 3927 articles were found. In phase two, both descriptors “disability and sexuality” were employed in the search, and 35 articles emerged. In the third phase, the three descriptors “disability, sexuality and gender” were used, finding nine articles. Next, analysis of the information collected was performed through thematic content analysis. Thematic groups were defined as: Gender and sexuality; Disability; Disability and the confluence with gender and sexuality. Based on data analysis, it was found there is a shortage of literature that combines the descriptors disability, sexuality and gender, verifying that sometimes there is denial of the sexuality of disabled people.

**Keywords:** Disability; Gender; Sexuality.

### **Resumen**

El presente estudio tiene como objetivo identificar en la literatura cómo se ve a la persona con discapacidad y las interrelaciones con los asuntos de género y sexualidad. Esta es una investigación bibliográfica descriptiva con un enfoque cualitativo, realizada entre febrero y abril de 2020 y se realizó en la base de datos Scielo a partir de los descriptores: discapacidad, sexualidad y género, en el período de las últimas dos décadas. La investigación se desarrolló en tres fases. Inicialmente, se utilizó el descriptor "discapacidad" y se identificaron 3927 artículos. En la fase 2, se adoptó "discapacidad y sexualidad" en la búsqueda, con 35 artículos. En la tercera fase, se consideraron los tres descriptores "discapacidad, sexualidad y género", con un perfil de nueve artículos. El análisis de la información se realizó mediante análisis de contenido temático. Se definieron los grupos temáticos: género y sexualidad; Deficiencia; Discapacidad y la confluencia con el género y la sexualidad. A partir del análisis de los datos, hubo una escasez de literatura que trae consigo la triangulación de los descriptores

discapacidad, sexualidad y género, verificando, a veces, la negación de la sexualidad en personas con discapacidad.

**Palabras clave:** Discapacidad; Género; Sexualidad.

## 1. Introdução

A discussão sobre gênero e sexualidade, assim como de pessoa com deficiência, vem sofrendo alterações no decorrer do tempo. Campanhã (2004, p.15) ressalta que “os conceitos se originam de nossas ideias, opiniões e juízos [...] são formados a partir da realidade, com informações concretas, pesquisa e reflexão”.

A perspectiva desses conceitos permite apreciar a questão da deficiência, dos desafios deparados entre definições conceituais e sobre o modo como se percebe essas pessoas. A partir de uma reflexão sobre essas categorias é possível entender como tais construções sofreram a influência cultural no decorrer dos períodos históricos e os novos contornos que foram surgindo.

Ressalta-se que a questão de gênero traz por si só a sexualidade. Não seria apenas a diferença de sexo e nem seria apenas biológico. Já existe uma histórica e social, ao que Saffioti (2004, p. 136) considera que o gênero não se trata de um conceito neutro, ele “*carrega uma dose apreciável de ideologia*”. *Em outras palavras, gênero compreende uma preleção sobre a diferença entre os sexos, que não se restringe ao biológico, mas compreende o que se encontra no entorno. “É pelo sexo efetivamente, ponto imaginário fixado pelo dispositivo de sexualidade, que todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade (...), à totalidade de seu corpo (...), à sua identidade”* (Foucault, 1999, p. 145-146).

Quanto ao conceito de deficiência, é relevante compreender que este é parte de um modelo médico e surgiu nos finais da década de 1970, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu uma classificação a fim de conceituar informações decorrentes das enfermidades dos traumatismos e transtornos (Correia, 2005). Já em 2001, inaugurando o novo século, percebeu-se que esse conceito não dava conta da abrangência do que vinha a ser a deficiência, então a OMS emitiu um novo documento de forma mais positiva diante dessa temática tão complexa e, dessa forma, passou a considerar as potencialidades da pessoa com deficiência e o contexto no qual se encontra inserida. Como podemos ver na afirmativa:

A deficiência não se apresenta hoje apenas como um fenômeno de natureza médica, mas deve ser analisada em estreita relação com diversas outras categorias sociais. As pessoas com deficiência são, antes de tudo, pessoas – portanto, marcadas por suas características geracionais, de gênero, classe, raça e outras (Gesser, Nuember, & Toneli, 2013, p.420).

Ao alargar o assunto sobre sexualidade e gênero, para abarcar as questões da pessoa com deficiência, nota-se que é a partir da visão infantilizada e incapacitante do sujeito com deficiência que se ignora a sua identidade de gênero e a sua sexualidade, como se fosse incapaz de suas próprias escolhas e de ter domínio sobre o seu corpo, impedido de expressar os seus desejos, tendo que abafar a sua voz e sem poder ser protagonista de sua própria história se não houver a autorização de “seus responsáveis”. Dantas, Silva & Carvalho, (2014, p.557) refletem sobre essa condição, afirmando que:

Quando mulheres/homens com deficiência assumem sua vida sexual, geralmente as pessoas reagem com surpresa ou medo, uma vez que, principalmente mulheres com deficiência, são vistas como pessoas fragilizadas, sendo julgadas como abusadas sexualmente mesmo quando o sexo é desejado e consentido.

Assim, faz-se necessária a produção de material que possa contribuir para desmistificar a sexualidade dessas pessoas. E de forma mais específica, as autoras desenvolvem a práxis do acolhimento e acompanhamento nessa área, o que as levou a sentir a necessidade de se apropriar de conhecimento que embasasse as suas práticas e acolher de forma mais efetiva a demanda no discurso desses sujeitos e buscar compreender o próprio silêncio imposto à temática. Acreditando, como Foucault (1999, p.12), “se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada”

Ao se identificar importante carência de publicações abordando a temática objeto deste estudo, percebeu-se a relevância de aventar sobre a temática, objetivando identificar na literatura, como é vista a pessoa com deficiência e os entrelaces com as questões de gênero e de sexualidade.

## **2. Metodologia**

Em prol de uma compreensão sobre esse entrelace entre deficiência, sexualidade e gênero, propôs-se o presente estudo por meio de uma pesquisa bibliográfica descritiva, que Severino (2016), afirma não ter o objetivo de esgotar todas as fontes publicadas sobre a

temática e utiliza um sistema de coleta de dados menos formal do que os demais tipos de pesquisa bibliográfica.

Para tanto, adotou-se a abordagem qualitativa, de acordo com a perspectiva de Minayo, Deslandes, & Gomes (2015), trata-se de abordar questões muito particulares, preocupa-se com uma realidade sem se voltar especificamente para quantificação das informações, mas sim para os significados imbricados ao objeto de análise.

A coleta de informações ocorreu no período de fevereiro a abril de 2020 e se deu na base de dados Scielo a partir dos descritores: deficiência, sexualidade e gênero. Por identificar-se a escassez de literatura sobre a temática, considerou-se os artigos publicados nas duas últimas décadas (de 2000 a 2019).

Acresce que a escolha da base ocorreu por se tratar da “maior provedora de periódicos indexados pelo Diretório de Periódicos de Acesso Aberto (Directory of Open Access Journals - DOAJ)” (Packer, Cop, Luccisano, Ramalho, & Spinak, 2014, p.16).

Na fase inicial, realizou-se a coleta a partir do descritor “deficiência” e foi identificado o montante de 3927 artigos. Ao refinar para a inserção emparelhada de dois descritores “deficiência e sexualidade”, na fase 2, a quantidade encontrada cai para 35 artigos.

Na terceira fase, com a redução da pesquisa para a presença dos três descritores “deficiência, sexualidade e gênero”, há uma queda para 9 artigos, na base de dados escolhida. A seguir apresenta-se o Quadro 1 que contém os nove artigos encontrados, os seus autores, os periódicos e o ano de publicação.

**Quadro 1** – Artigos considerados neste estudo para análise das informações.

Periódico	Título	Autoria	Ano
Rev. Estud. Fem.	Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola	Oltramari, L. C. & Gesser, M.	2019
Rev. Estud. Fem.	Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência	Gomes, R. B., Lopes, P. H., Gesser, M., & Toneli, M. J. F	2019
Sex., Salud Soc.	Norma, integracion y desafio. Representaciones masculinas de varones con discapacidad física	Navone, S. L.	2018
Horiz. Antropol.	Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e <i>performance</i> no esporte sob perspectiva crítica.	Camargo, W. X., & Kessler, C. S.	2017
Rev. bras. educ. espec.	Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento.	Dantas, T. C., Silva, J. S. S., & Carvalho, M. E. P.	2014
Ciênc. saúde coletiva.	Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde.	Nicolau, S. M., Schraiber, L. B., & Ayres, J. R. de C. M.	2013
Physis	Sexualidade e deficiência intelectual: narrativas de pais de adolescentes.	Bastos, O. M., & Deslandes, S. F.	2012
Rev. Dep. Psicol.-UFF	A reinvenção da sexualidade masculina na paraplegia adquirida.	Silva, L. C. A. da, & Albertini, P.	2007
Rev. Bras. Educ. Espec.	Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva.	Cursino, H. M., Rodrigues, O. M. P. R., Maia, A. C. B., & Palamin, M. E. G.	2006

Fonte: Autoras

Percebe-se a partir do quadro 1, que as publicações sobre a temática com a triangulação deficiência, sexualidade e gênero, mostram-se escassas e espaçadas, tendo um espaçamento de meia década entre os anos de 2007 e 2012, posteriormente, passam a surgir um artigo por ano, até que em 2019, surgem dois artigos publicados, no mesmo periódico.

O estudo aprofundou-se nos artigos indicados e ressalta-se que a análise das informações se procedeu mediante a análise do conteúdo (Bardin, 2016), por meio de análise temática de conteúdo (Minayo et. al., 2015). Assim, foram definidos os núcleos temáticos: Gênero e sexualidade; Deficiência; Deficiência e a confluência com gênero e sexualidade.

### 3. Resultados e Discussão

Dentre os nove artigos selecionados na terceira fase do estudo, identificou-se que o primeiro artigo a trazer a temática deficiência e sexualidade foi publicado no ano de 2002 e com a presença dos três descritores veio a ser publicado a partir do ano de 2006. Nota-se que houve atraso na inserção de pesquisas a partir desses descritores emparelhados, pois, só surgiram as publicações dos estudos sobre a sexualidade e a pessoa com deficiência a partir do novo milênio. Nesse sentido, Silva & Albertini (2007, p. 39) refletem:

Enfocar a sexualidade masculina a partir da deficiência não é um tema recorrente na literatura da Psicologia. A rigor, verifica-se que os trabalhos sobre o assunto são poucos e esses, de modo geral, tratam de aspectos específicos de determinado tipo de deficiência.

Diante disso, observa-se que a temática de gênero e sexualidade, quando relacionada às pessoas com deficiência mostra-se tão forte como tabu, que a literatura é ainda mais escassa, até mesmo nas revistas e periódicos específicos. E, como assinalam Dantas et al. (2014, p.556), “na literatura em língua inglesa encontra-se crítica aos estudos feministas por não incluírem em suas agendas reivindicatórias as questões que envolvem as mulheres com deficiência”.

Neste estudo que ora se apresenta, além da escassez de literatura, ao adentrarmos na leitura mais cuidadosa dos artigos, foi percebido que dos nove textos inseridos, dois não faziam correlação direta entre deficiência, sexualidade e gênero. Oltramari & Gesser (2019) apresentam os resultados de seus estudos realizados a partir de um curso de formação de professores em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) para os profissionais da educação básica, identificou que gerou conhecimento de demarcadores sociais entre gêneros e que a escola corrobora com modelos previamente estabelecidos entre meninos e meninas, mas não correlaciona com a deficiência, sendo mencionada, apenas, como temática relevante a ser estudada.

Camargo & Kessler (2017) em seu estudo sobre a questão da sexualidade e gênero no esporte, apresentam uma reflexão crítica sobre a visão biomédica, que indica a heteronormatividade e corpos não normativos como o impasse entre os atletas na inserção de sua categoria e grupos esportivos. A deficiência surge de outra ordem, como carência de testosterona ou cita sobre “os corpos amputados, “malformados” ou que apresentam orientações não heterossexuais” (*Ibidem*, 2017, p.192), para trazer a discussão sobre as mulheres futebolísticas, mas não aprofunda de forma que se perceba uma triangulação sobre a temática.

Desse modo, sete artigos trazem esse entrelace entre deficiência, sexualidade e gênero. Alguns com o foco em determinadas deficiências, como Bastos & Deslandes (2012) que desenvolveram o estudo com os pais de pessoas com deficiência mental e refletem que há falta de orientação para os pais, os quais trazem em suas narrativas ainda muito preconceito e temor de que seus filhos e filhas fossem vítimas de abuso sexual.

Já o estudo de Cursino, Rodrigues, Maia & Palamin (2006) trazem a orientação sexual para jovens com deficiência auditiva, e denotam que a sexualidade descrita pelo grupo de

jovens adultos encontrava-se invadida pela perspectiva biologizante, ao que concluíram ser necessário programas de orientação sexual, nos programas de reabilitação.

Navone (2018) e Silva & Albertini (2007) apresentam seus estudos com foco na deficiência física e sexualidade em homens. Enquanto os estudos de Gomes, Lopes, Gesser & Toneli (2019); Dantas et al., (2014) e Nicolau, Schraiber & Ayres (2013) discutem sobre a deficiência de forma geral com o foco nas mulheres e sua sexualidade.

Definiu-se, portanto, três núcleos temáticos: Gênero e sexualidade; Deficiência; Deficiência e a confluência com gênero e sexualidade. Estes direcionaram, tanto a apresentação dos resultados como também a sua discussão.

### ***Gênero e sexualidade***

A sexualidade traz de forma cultural muitos preconceitos e proibições, entretanto, ela é algo natural. “O que a sociedade ainda precisa entender é que o direito ao prazer sexual existe para todas as pessoas, de um modo geral, independente das suas limitações físicas, e é respaldada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos” (Melo, Barros, Silva, Pontes & Cordeiro, 2020, p.4). Na contemporaneidade, a explicação do que viria a ser sexualidade deixa o campo do saber da biologia e da medicina, para se tornar mais amplo e passa a ser percebido na perspectiva social, cultural e histórica.

E, em relação a gênero, vale ressaltar que “o conceito de gênero está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo e implicado linguística e politicamente nas lutas de um movimento social organizado – o feminismo – que no Ocidente se remete ao século XIX” (Francisco, Mendes & Meira, 2019, p.5). Desse modo, não se pode dialogar sobre gênero sem trazer as questões da mulher e o seu direito de escolhas, como também, a sua luta para sair do papel de coadjuvante para alcançar um papel de protagonista na sociedade.

Na perspectiva cultural, “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. [...] a identidade depende da diferença” (Woodward, 2011, p.40). Ao celebrar a diferença como forma de diversidade, os Estudos Culturais propõem a visão de enriquecimento cultural, como se percebe nas diferenças de gênero. “. . . nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual



adotamos uma identidade” (Woodward, 2011, p.56). Assim, no âmbito cultural, as identidades e diferenças se constroem no tecido das relações sociais.

Em relação ao que foi dito, torna-se claro que as discussões de gênero estão além das questões entre o masculino e o feminino, como também, existem diferentes identidades de gênero.

### *Deficiência*

O conceito de deficiência encontra-se em evolução, transborda as questões biológicas para abranger o contexto na compreensão do que venha a ser uma pessoa com deficiência, saindo de um modelo médico engessado para considerar a perspectiva social, que faz desse sujeito um incapaz ou, de forma contrária, um capaz de enfrentar a vida apesar de apresentar uma deficiência, e assim possa sair da posição de coitadinho para assumir o protagonismo de sua vida.

Bieler (1990) propôs um conceito de deficiência fundado nas interações de pessoas com diferentes níveis de funcionamento com um contexto que desconsidera as diferenças, esclarecendo que as barreiras ambientais ou atitudinais geram a deficiência; portanto, não há deficiência na pessoa, e sim, limitação funcional. Caiado, Berribille & Saraiva (2013, p.20) ressaltam em relação ao modelo social da deficiência que “. . . o foco da deficiência se desloca de um impedimento puramente orgânico e patológico e passa a ser o da existência de barreiras sociais que impedem a participação plena na vida social”.

Desse modo, as demandas de políticas públicas que promovam a adequada participação social, assim como a minimização de barreiras, inclusive as atitudinais, apontam para a necessidade urgente de que todos se envolvam na discussão dessa abordagem social da deficiência.

Entretanto, a definição e compreensão do que venha a ser deficiência de forma negativa e incapacitante, encontra-se arraigada em grande escala e “a ideia de deficiência instituída no imaginário social gera instantaneamente a imagem de incapacidade, de dependência, de sofrimento, de trabalho, de culpa e de dor” (Batista & França, 2007, p.118). E não seria diferente na questão da sexualidade, a qual, muitas vezes, é negada e passa a interferir diretamente na constituição da pessoa que é percebida e passa a perceber-se como assexuada, sem poder expressar os seus desejos.

Munguba, Vieira & Porto (2015) ressaltam que a condição de vulnerabilidade das pessoas com deficiência não se restringe à suas limitações específicas dessa condição, mas

também, muitas vezes pelas condições socioeconômicas em que vivem, o que impacta o desempenho ocupacional de forma determinante.

Torna-se impactante a vulnerabilidade dessas pessoas acrescida das questões de gênero, tornando uma tripla condição de risco social. Apropriando-se da ideia de que o ser humano é um ser plural, a situação de vulnerabilidade pode estar vinculada à vários nichos da vida do sujeito, considerando aspectos econômicos, biológicos, sociais, culturais, políticos, individuais, familiares, entre outros.

Acresce que, a família, para Munguba (2007), sistema ou grupo social em que a inserção do indivíduo se dá de forma compulsória, em que não há possibilidade de escolha. Seja em qualquer forma de organização ou modelo de família, quando se decide a ter filhos, cria-se expectativas e sonhos de um bebê que venha dentro dos padrões esperados. “É comum que essas fantasias estejam ligadas aos conteúdos emocionais dos genitores e que atendam uma idealização dentro dos padrões de nossa sociedade; padrões que enfatizam o perfeito, o saudável, o bonito” (Batista & França, 2007, p.118). E, de forma muito comum, a família desenvolve um comportamento de superproteção e retarda o desenvolvimento físico e emocional da criança, independentemente do tipo de deficiência, alargando a sua adolescência e, até mesmo, tratando o sujeito como uma eterna criança. Ao se considerar a forma como se processa a educação das pessoas com deficiência, “reconhecer a identidade de gênero e a capacidade de desenvolvimento integral da pessoa com deficiência significa abrir espaços para o protagonismo e empoderamento nas suas escolhas de vida, na sexualidade e na busca por oportunidades educacionais e ocupacionais” (Dantas, Silva, & Carvalho, 2014, p. 556).

Por outro lado, existem as deficiências adquiridas, que também trazem um corte no percurso da vida do sujeito e a princípio o transforma em uma pessoa incapacitada, pois segundo o conceito de deficiência na legislação brasileira, o art. 1º define:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2008).

O imaginário social insere essa visão de impedimento na dimensão do todo e passa a negar o desejo do sujeito que apresenta alguma deficiência, seja inata ou adquirida. Entretanto, com base legal “as mulheres com deficiência devem ser protegidas de violências e ter sua autonomia e seus direitos sexuais e reprodutivos garantidos em igualdade de oportunidade com as sem deficiência” (Gesser, Nuember, & Toneli, 2013, p.427).

Tais direitos colocam a mulher com deficiência na mesma base de cidadã que as outras mulheres sem deficiência, mas, muitas vezes, tais direitos são vilipendiados. Além de uma visão estigmatizada de não poder fazer suas escolhas de parceiros ou parceiras, há de forma veemente a posição contrária ao direito de procriação.

### ***Deficiência e a confluência com Gênero e Sexualidade***

As pessoas com deficiência revelam maior “dificuldade de se enquadrar em uma sociedade normativa que faz constantemente a associação da deficiência, da incapacidade e/ou da desvantagem com uma ‘pessoa anormal’, e que reforça a noção do corpo perfeito, *body beautiful*” (Sousa & Moleiro, 2015, p.81).

Em consonância ao que foi dito, a fim de estabelecer um paralelo entre as duas perspectivas sobre a deficiência e sexualidade Luiz & Nuemberg (2018, p.62) infere que o modelo médico indica que,

. . . o corpo com lesão precisa de intervenção, de correção, de reabilitação para enquadrar-se num ideal construído socialmente. Por outro lado, o modelo social propõe que a opressão vivida por esse corpo com lesão, é consequência da inabilidade da sociedade em acolher a diversidade dos corpos.

A pessoa com deficiência congênita ou adquirida encontra-se nas amarras de uma perspectiva que desconstitui o seu próprio desejo, colocando-a em posição incapacitante e de nulidade de sua subjetividade. Considerando que “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo” (Foucault, 1998, p. 80).

Em relação ao que foi dito, a mulher com deficiência encontra-se em dupla condição de vulnerabilidade. Dantas et al. (2014), abordam a questão das relações de gênero - de dominação masculina em detrimento do feminino e, relativamente à sexualidade. Segundo as autoras “as relações de gênero são fortemente marcadas nas mulheres com deficiência, pois, devido ao histórico processo de infantilização e dependência familiar em que estão submersas, as características de fragilidade feminina são intensificadas” (Dantas et al., 2014, p. 558).

Apesar dos avanços e conquistas dos movimentos feministas em diversas partes do mundo, o patriarcado ainda impera, entre outras coisas, sobre as atitudes referentes à participação ativa de mulheres nas tomadas de decisões que dizem respeito às suas próprias vidas. Esse fato também demonstra que os papéis de gênero, que representam um obstáculo

para a independência, dignidade e cidadania das mulheres, são uma ameaça e uma limitação ainda maiores para as mulheres com deficiência. Portanto, compreende-se a importância de romper os estereótipos em torno da feminilidade (os quais, em geral, são opostos aos da masculinidade), como submissão, complacência e docilidade, que são ainda mais prejudiciais para as mulheres com deficiência por sua situação de dupla vulnerabilidade.

Ainda segundo Dantas et al. (2014, p. 559), “os discursos estereotipados sobre a sexualidade das pessoas com deficiência impedem que vivenciem seus desejos e sejam protagonistas de suas escolhas”. Enfatiza-se a nulificação dos desejos e subjetividade desses sujeitos devido à perspectiva de que “a sexualidade não pode ser compreendida sob a ótica apenas dos componentes naturais, devendo ser compreendida principalmente através dos processos inconscientes e culturais, uma vez que está relacionada com a subjetividade das palavras, imagens e rituais, como também com a expressão do corpo” (Dantas et al., 2014, p. 559). Dessa maneira, fica evidente a relevância de reafirmar que pessoas com deficiência têm o direito de vivenciar sua sexualidade e construir relacionamentos amorosos com vida sexual ativa como todos os adultos capazes de consentimento.

Gomes et al. (2019) reflete em seus estudos feministas da deficiência, que o modelo biomédico gera opressão e vulnerabilidade, por se basear em um padrão de corpo esperado, limita o direito reprodutivo e confirma posição da mulher com deficiência como assexuada.

Como, também, pode considerar que a importância de refletir sobre os discursos que envolvem pessoas com deficiência fica clara a partir do que afirma Navone (2018, p.77) em seu estudo sobre representações masculinas de homens com deficiência física: “deficiência é um fenômeno que trabalha com a inter-relação entre o discurso e o corpo, ou melhor, a maneira pela qual os discursos constituem corpos, tornando-os portadores de sentido” (tradução nossa). Deste modo, justifica-se o interesse em contribuir para novos discursos livres de estereótipos, buscando pôr em foco a subjetividade dos sujeitos.

Faust, Gagliotto & Santos (2012) afirmam que o discurso médico-científico “passou a postular um padrão de normalidade para comportamentos sexuais” a partir do final do século XIX e teve grande contribuição do período da Segunda Guerra Mundial e a busca da eugenia. As autoras apontam, então, para a necessidade de reconhecer o desenvolvimento da sexualidade como um processo contínuo e construído pelo próprio homem.

Em sua pesquisa supracitada Navone (2018, p.79) faz referência ao discurso médico do século XX de caráter funcionalista sobre pessoas com deficiência para examinar se os sentidos em torno da deficiência e do gênero estão inter-relacionados. Segundo Navone (2018, p.79), para o funcionalismo, como o homem se encontra impedido de exercer seu papel

de gênero seria necessário reabilitá-lo com o propósito de que ele pudesse desempenhar suas funções na sociedade—uma dessas funções seria o desempenho sexual. Assim,

Não seria uma a-sexualização, mas um adiamento até a completa reabilitação do homem. De modo implícito, esse discurso apresentava indubitavelmente marcas da heterossexualidade normativa, ou seja, supunha-se que o sexo do homem com deficiência (que ele acessaria após sua reabilitação) seria heterossexual. (Navone, 2018, p.79, tradução nossa).

Com efeito, a sexualidade pode ser vivenciada de múltiplas maneiras, como apontam Assis & Oliveira (2009): “para a Psicanálise, a sexualidade é constitutiva da subjetividade humana, considerada como estrutura construída no seio de experiências intersubjetivas”. E, ainda, para Faust, Gagliotto & Santos (2012): “a sexualidade é uma dimensão humana que vai além de sua determinação biológica por ser culturalmente determinada”. Precisamente por estar atrelada à subjetividade, o que indica sua pluralidade, a sexualidade não pode ser reduzida a papéis de gênero, estereótipos, normas ou convenções sociais. Portanto, tentativas de restringir as possibilidades de experiências sexuais, como citado anteriormente, serão incapazes de dimensionar a multiplicidade de vivências da sexualidade.

Além disso, Navone (2018, p. 83) ressalta outro aspecto controverso de determinados discursos em torno das pessoas com deficiência a partir de narrativas contidas em livros de autoajuda escritos por homens com deficiência: “. . . a pessoa com deficiência é considerada exclusivamente em uma dimensão individual, isolando o fenômeno do impedimento de seus aspectos socioculturais”. O sociólogo inglês Tom Shakespeare (2000) afirma que a grande contribuição dos estudos britânicos sobre deficiência tem sido demonstrar que a deficiência somente pode ser compreendida enquanto resultado de relações sociais, econômicas e estruturais, e não como resultado dos déficits do corpo ou cérebro; trata-se, portanto, de uma abordagem que busca desconstruir e desafiar as maneiras como a sociedade cria o problema da deficiência. Pode-se inferir que, se condições adequadas fossem oferecidas para todas as pessoas com deficiência nos diversos âmbitos de suas vidas, certamente as dificuldades hoje apresentadas seriam minimizadas, por exemplo, no que concerne à independência, ao direito à cidade, bem como aos aspectos financeiros, educacionais, sociais etc.

Shakespeare (2000, p. 161) afirma, ainda, que o modelo social da deficiência tem sido utilizado para enfatizar as falhas na organização social contemporânea, como os transportes mal projetados, as atitudes preconceituosas, entre outros, mas também precisa ser usado para demonstrar que o problema da deficiência e sexualidade não é uma consequência inevitável

das diferenças corporais. Acerca da sexualidade das pessoas com deficiência Shakespeare (2000, p. 161) comenta que não é pelo fato de não poderem andar, ou enxergar, ou sentir em certas partes do corpo, por exemplo, que as pessoas com deficiência têm problemas sexuais, e que “a solução não é mais próteses, ou mais Viagra, ou quaisquer outras intervenções físicas ou clínicas” (tradução nossa). Segundo o autor, o problema não está nos corpos das pessoas com deficiência, mas na sociedade que lhes impõe barreiras.

Entre as barreiras à expressão sexual das pessoas com deficiência Shakespeare (2000, p. 161) cita a ausência de educação sexual nas escolas, e, conseqüentemente, a falta de informação sobre o assunto. Segundo Faust, Gagliotto & Santos (2012), “a educação sexual é entendida como um processo inacabado que permeia toda a vida da pessoa ao longo de seu desenvolvimento, incluindo a aprendizagem de regras sociais em relação à sexualidade”. Outra barreira seria o fato de que muitas pessoas com deficiência não têm acesso à universidade, trabalho, e espaços de socialização em geral, devido às barreiras atitudinais e arquitetônicas, o que diminui a oportunidade de conhecer potenciais parceiros. Outros fatores que se caracterizariam como barreiras seriam pobreza e baixa autoestima. Shakespeare (2000, p. 161) chama atenção para o fato de que as pessoas com deficiência são sistematicamente desvalorizadas e excluídas pelas sociedades ocidentais modernas como um fator a ser considerado quando se trata da autoestima dessa população.

Ademais, Shakespeare (2000, p. 162) aponta que haverá diferenças nas questões em torno da sexualidade, por exemplo, entre pessoas com deficiências congênitas ou adquiridas, e também dependendo da natureza e impacto da deficiência—motora, sensorial ou cognitiva. Pode-se inferir que fatores como gênero, idade, raça, classe social, entre outros, também devem ser considerados.

Além disso, comentando sobre a questão da “normalidade”, Shakespeare (2000, p. 163) questiona: “estamos tentando ganhar o acesso das pessoas com deficiência à corrente principal [*mainstream*] da sexualidade, ou estamos tentando desafiar as maneiras pelas quais sexo e sexualidade são concebidos, expressos e limitados nas sociedades modernas?” (tradução nossa). O autor aponta que uma estratégia seria reforçar as categorias e mitos de masculinidade e feminilidade, lutando para caber nesses estereótipos de gênero e sexualidade; porém, há uma alternativa que consiste em desafiar a obsessão com *fitness*, juventude e o culto ao corpo, e demonstrar que atividade sexual e atração sexual podem ser o que você quiser que sejam. O autor sugere:

Talvez possamos desafiar muitas ideias que predominam no campo sexual, e permitir que outras pessoas - não apenas pessoas com deficiência - reavaliem o que é importante e o que é possível. Por que os homens deveriam ser dominantes? Por que o sexo deveria girar em torno da penetração? Por que o sexo deveria envolver apenas duas pessoas? Por que as pessoas com deficiência não podem ter assistência de terceiros para ter relações sexuais? O que é sexo normal? (*Ibid*, 2000, p. 163, tradução nossa).

Esses questionamentos, pertinentes e atuais, convidam a refletir sobre o discurso que atribui a determinadas práticas sexuais um caráter de inferioridade, da mesma forma que desvaloriza outras possibilidades para a experiência da relação sexual, e reforça tabus em torno desse tópico. Resumir a prática sexual à reprodução, destituir a dignidade da relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, ou entre pessoas heterossexuais que não tenha como objetivo a concepção, estabelecer papéis de gênero enrijecidos e limitados, desconsiderar a sexualidade das pessoas com deficiência, enfim, são demonstrações de intolerância pautadas, entre outras coisas, em desinteresse e desconhecimento. Promover um debate sobre o que é sexo normal, e quem decide isso, pode se mostrar proveitoso em vários contextos. Por fim, Shakespeare (2000, p. 164) propõe um olhar sobre a questão do toque físico para além do sexo, e da ausência de intimidade na vida de muitas pessoas com deficiência.

Acresce que, no caso das mulheres com deficiência, há poucos serviços de atenção básica para essa população e é muito escasso de reconhecimento no que diz respeito “aos aspectos relativos aos direitos sexuais e reprodutivos e à dupla vulnerabilidade que as acometem por serem mulheres e portarem deficiências” (Nicolau, Schraiber & Ayres, 2013, p. 864).

Diante do que foi apresentado, compreendemos que o contexto da sexualidade é percebido como mais um obstáculo comum da rotina da pessoa com deficiência. Para além das barreiras que dificultam a inclusão, independente do contexto, a opressão e a vulnerabilidade são aspectos que cercam o sujeito deficiente, principiando na violação de seus direitos e não aceitação do outro.

#### **4. Considerações Finais**

Na análise dos dados, percebeu-se que ainda existe de forma rígida uma visão biomédica tanto no âmbito da deficiência como em relação as questões de gênero e sexualidade. Este fator corrobora com a manifestação de situações conflituosas irrigadas de

sofrimento e preconceito, não somente no ambiente familiar, mas em conjunturas de trabalho, grupos de amigos e na sociedade em geral.

A fomentação da inclusão e a promoção de preceitos que incentivam a prática do respeito à deficiência e pluralidade de identidade de gênero e orientações sexuais, surgem como um mecanismo significativo para a diminuição da heteronormatividade e estabelecimentos de dignidade e cidadania para a comunidade homoafetiva com deficiência. Acresce a necessidade de políticas públicas que possam criar programas de atenção básica que abranja a temática da sexualidade de forma natural para as pessoas com deficiência e que não anulem os seus desejos, a sua orientação e escolhas.

A partir dos resultados da pesquisa, verifica-se que a confluência entre os temas deficiência, sexualidade e gênero apresenta-se como um campo teórico e que requer maior investimento de estudo e pesquisa, a fim de proporcionar maiores esclarecimentos e com isso a facilitação do cumprimento dos direitos deste público. Portanto, entende-se como apropriado a expansão dos estudos sobre esta e outras temáticas que atravessam este contexto.

Sugere-se a realização de futuras investigações sobre a temática abordada neste estudo, em especial nos formatos de revisão integrativa e sistemática, visando estruturação diferenciada da busca, assim como o aprofundamento da discussão desse objeto.

## Referências

Assis, M. F. P., & Oliveira, M. L. (2009). Por uma história da sexualidade entre Freud e Foucault: costuras e alinhavos. *Rev. Ibero-Americana de Est. em Educ.*, 4(3), 1-11.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: 70.

Bastos, O. M., & Deslandes, S. F. (2012). Sexualidade e deficiência intelectual: narrativas de pais de adolescentes. *Physis*, 22(3), 1031-1046

Batista, S. M., & França, R. M. de. (2007). Família de pessoas com deficiência: desafios e superação. *Rev. de divulgação técnico-científica do ICPG*, 3(10), 117-121.

Bieler, R. B. (Org.). (1990). *Ética e legislação: os direitos das pessoas portadoras de deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: Rotary Club do Rio de Janeiro, Comissão de Assistência ao Excepcional.



Brasil. (2008). *Decreto nº 186, de 9 de julho de 2008*. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília. Recuperado em 10 janeiro, 2020, de [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm)

Caiado, K. R. M., Berribille, G. R., & Saraiva, L. A. (2013). Educação e deficiência na voz de quem viveu essa trama. In K. R. M. Caiado (Org.), *Trajetórias escolares de alunos com deficiência*. São Carlos: EdUFSCar.

Camargo, W. X., & Kessler, C. S. (2017). Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e *performance* no esporte sob perspectiva crítica. *Horiz. Antropol.*, 23(47), 191-225.

Campanhã, J. (2004). *O preconceito*. São Paulo: Vida.

Correia, L. P. (2005). *Integración de personas con discapacidad en la educación superior en Venezuela*. Colección Educación Superior en Venezuela. Caracas: Ipasme.

Cursino, H. M., Rodrigues, O. M. P. R., Maia, A. C. B., & Palamin, M. E. G. (2006). Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva. *Rev. bras. educ. espec.*, 12(1), 29-48.

Dantas, T. C., Silva, J. S. S., & Carvalho, M. E. P. (2014). Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. In *Revista Brasileira Educação Especial*, 20(4), 555-568.

Faust, T., Gagliotto, G. M., & Santos, A. B. (2012, setembro). Sexualidade, psicanálise e deficiência intelectual. Anais do Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão, SE, Brasil, 6. Recuperado de <https://ri.ufs.br/handle/riufs/10171>

Foucault, M. (1999). *História da sexualidade: a vontade de saber* (13a ed., Vol. 1) (M. T. da C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1998). *Microfísica do Poder* (13a ed.). (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Graal.

Francisco, T. J., Mendes, S. A. F., & Meira, A. C. G. de. (2019). Gênero, sexualidade e diversidade na escola: resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido no Ifnmg, Campus Salinas. *Res., Soc. Dev.* 8(9):e42891323. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i9.1323>

Gesser, M., Nuernberg, A. H., & Toneli, M. J. F. (2013). Constituindo-se sujeito na intersecção gênero e deficiência: relato de pesquisa. In *Psicologia em Estudo, Maringá*, 18(3), 419-429.

Gomes, R. B., Lopes, P. H., Gesser, M., & Toneli, M. J. F. (2019). Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Rev. Estud. Fem.*, 27(1), 1-12.

Luiz, K. G., & Nuernberg, A. H. (2018). A sexualidade da pessoa com deficiência nas capas da Revista Sentidos: inclusão ou perpetuação do estigma? *Fractal*, 30(1), 58-65. doi:10.22409/1984-0292/v30i1/1499.

Melo, R. I. O. de, Barros, N. C., Silva, E. P. F. J. de, Pontes, N. K., & Cordeiro, A. P. M. (2020). LIBRAS na educação sexual da pessoa surda. *Res., Soc. Dev.* 9(1), e145911836. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i1.1836>

Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2015). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (34a ed.). Rio de Janeiro: Vozes.

Munguba, M. C., Vieira, A. C. V. C., & Porto, C. M. V. (2015). Da invisibilidade à participação social: promoção da saúde em pessoas com deficiência. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 28(4), 463-466.

Munguba, M. C. Abordagem da terapia ocupacional na disfunção auditiva. (2007). In A. Cavalcanti, & C. Galvão (Orgs.), *Terapia ocupacional: fundamentação & prática* (385-398). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Navone, S. L. (2018). Norma, integracion y desafio: representaciones masculinas de varones con discapacidad física. *Sex., Salud Soc. Rio de Janeiro*, 29, 75-98.

Nicolau, S. M., Schraiber, L. B., & Ayres, J. R. de C. M. (2013). Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. *Ciências & saúde coletiva*, 18(3), 863-872.

Oltramari, L. C. & Gesser, M. (2019). Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. *Rev. Estud. Fem.*, 27(3), 1-14.

Packer, A. L., Cop, N., Luccisano, A., Ramalho, A., & Spinak, E. (Orgs.). (2014). *Scielo - 15 Anos de Acesso Aberto: um estudo analítico sobre acesso aberto e comunicação científica*. São Paulo: Unesco/scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.org/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Severino, A. J. (2016). *Metodologia do trabalho científico* (24a ed. rev. atual.). São Paulo: Cortez.

Shakespeare, T. (2000). Disabled Sexuality: Toward Rights and Recognition. *Sexuality and Disability*, 18, 159–166.

Silva, L. C. A., & Albertini, P. (2007) A reinvenção da sexualidade masculina na paraplegia adquirida. *Revista do Departamento de Psicologia*. 19(1), 37-48.

Silva, T. T. de H., & Stuart, W. K. (Orgs.). (2011). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

Sousa, M. J. A., & Moleiro, C. M. M. (2015). Homens gays com deficiência congênita e/ou adquirida, física e/ou sensorial: duplo-fardo social. *Sexualidad., Salud y Sociedad.*, 20, 72-90.

Woodward, K. (2011). Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. Silva (Org.). (2011). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (10a ed.). Petrópolis: Vozes.

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Isadora Oliveira Serra – 30%

Terezinha Teixeira Joca – 25%

Ana Rebeca Medeiros Nunes de Oliveira – 20%

Marilene Calderaro Munguba – 25%